



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Concurso Público para Provimento de Cargos de

## Analista Judiciário – Área Apoio Especializado Especialidade Engenharia

P R O V A

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

### I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Agosto/2003

## CONHECIMENTOS GERAIS

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue, trecho de um artigo publicado em **1948**.

*O Brasil se desenvolveu como nação politicamente independente na fase em que a economia capitalista transformava o mundo num sistema de mercados. A economia moderna não permite, senão em escala reduzida, o desenvolvimento autônomo das economias nacionais. Tudo se liga, e os países dependem, cada vez mais, dos grandes centros em que se concentram as forças do imperialismo econômico. A primeira realidade que o brasileiro encontra pela frente é, portanto, a dependência estreita em que vivemos. Assim sendo, somos obrigados a seguir a oscilação dos líderes da economia mundial, e a conseqüência disso é vivermos sem poder equilibrar duas forças contraditórias, que passamos a expor.*

*Com efeito, pelo fato de sermos um país predominantemente agrícola e pecuário, fornecedor de matérias-primas e produtos alimentares, a maioria das nossas populações vive em estado de atraso, sem ligação com o progresso da vida moderna. Assim, desenvolvem-se necessidades locais muito específicas, requerendo medidas locais e economia orientada para as zonas do interior, já que o nível dessas populações as coloca, mais ou menos, conforme o caso, à margem dos tipos modernos de vida econômica. Por outro lado, como estamos na dependência dos grandes centros econômicos, a nossa economia é solicitada, a cada momento, a se ajustar ao ritmo variável da economia mundial – o que acarreta a necessidade de uma política econômica de caráter geral, com medidas de larga escala, voltadas para as exigências da balança internacional de comércio. Até agora não se estabeleceu, no Brasil, a difícil harmonia entre essas duas tendências contraditórias.*

(Antonio Candido, **Folha Socialista**, nº 3. São Paulo, 1948)

1. O texto expõe a seguinte idéia fundamental:
- (A) O desenvolvimento do Brasil vem se acelerando a despeito do ritmo da economia capitalista.
  - (B) O fato de nossa economia ser essencialmente rural impossibilita medidas econômicas localizadas.
  - (C) O entrave do nosso desenvolvimento econômico está na dificuldade de conciliarmos medidas pontuais e medidas de caráter geral.
  - (D) A superação de nossas contradições econômicas implica a adoção de medidas orientadas para as zonas mais desenvolvidas.
  - (E) As contradições de nossa economia são inerentes à implantação do sistema mundial de mercados.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Na frase *O Brasil se desenvolveu como nação politicamente independente na fase em que a economia capitalista transformava o mundo num sistema de mercados*, as ações destacadas mantêm entre si uma relação de exclusão.
- II. Na frase *A economia moderna não permite, senão em escala reduzida, o desenvolvimento autônomo das grandes economias internacionais*, o segmento destacado tem o valor de uma ressalva.
- III. Na frase *A primeira realidade que o brasileiro encontra pela frente é, portanto, a dependência estreita em que vivemos*, o segmento destacado tem o valor de uma hipótese.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

3. Até agora não se estabeleceu, no Brasil, a difícil harmonia entre essas duas tendências contraditórias.

Mantém-se o sentido original da frase acima em:

- (A) Essas duas tendências contraditórias não deixam de possibilitar que, no Brasil, ainda hoje se estabeleça uma difícil harmonia.
- (B) No Brasil, a problemática conciliação dessas duas orientações conflituosas ainda não se efetivou.
- (C) Ainda assim é difícil a conciliação entre essas forças opostas, conquanto venha a se estabelecer no Brasil.
- (D) Até hoje não se determinou, no Brasil, a dificuldade de equilíbrio dessas tendências inconciliáveis.
- (E) No Brasil, mesmo agora a difícil superação dessas forças harmônicas ainda não se estabeleceu.

4. Na reconstrução de uma frase do texto, **desrespeitou-se** a concordância verbal em:

- (A) Às economias nacionais não se permite, modernamente, que se desenvolvam de modo autônomo e competente.
- (B) Ainda não se encontraram, para essas duas tendências contraditórias, quaisquer possibilidades de harmonização.
- (C) Quando não se está ligado ao progresso da vida moderna, como ocorre com boa parte dos brasileiros, paga-se com as conseqüências do atraso.
- (D) Devem-se às oscilações dos líderes da economia mundial boa parcela do desequilíbrio da nossa própria economia.
- (E) Devido à dificuldade de se ajustarem ao ritmo variável da economia mundial, há medidas que, mesmo necessárias, deixamos de tomar.

<p>5. É exemplo de correta transposição da voz ativa para a passiva:</p> <p>(A) O nível de vida dessas populações as coloca à margem da modernidade = Essas populações são colocadas à margem da modernidade por seu nível de vida.</p> <p>(B) Até agora não se estabeleceu a difícil harmonia entre essas duas tendências = Até agora não foi estabelecida a difícil harmonia entre essas duas tendências.</p> <p>(C) Desenvolvem-se necessidades locais muito específicas = Foram desenvolvidas necessidades locais muito específicas.</p> <p>(D) Os países dependem, cada vez mais, dos centros do imperialismo econômico = Os países são dependentes, cada vez mais, dos centros do imperialismo econômico.</p> <p>(E) A nossa economia deve se ajustar a um ritmo variável = A nossa economia deve ser ajustada por um ritmo variável.</p>	<p>8. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) Embora se requeram, aqui e ali, medidas locais, não haverá como abstermos-nos de medidas de caráter geral.</p> <p>(B) Se um país não se provir de planos econômicos próprios, estará cada vez mais dependente do ritmo que lhe impor a economia global.</p> <p>(C) Se não nos convir o ritmo ditado pela economia global, fazer-se-á necessário criar um modelo que melhor se adequê à nossa realidade.</p> <p>(D) Os grandes centros econômicos associaram-se e comporam, paulatinamente, um sistema de mercados ao qual é praticamente impossível um país deixar de pertencer.</p> <p>(E) O que de fato obstrui o desenvolvimento da economia nacional é a oscilação entre direções dificilmente conciliáveis, a que vimos nos sujeitando.</p>
<p>6. Considerando-se o contexto em que a frase ocorre, a expressão sublinhada preserva o sentido da expressão indicada entre parênteses em:</p> <p>(A) <u>Pelo fato de</u> sermos um país predominantemente agrícola e pecuário, a maioria das nossas populações vive em estado de atraso. (<b>Não obstante</b>).</p> <p>(B) <u>Por outro lado</u>, a nossa economia é solicitada a se ajustar ao ritmo variável da economia mundial. (<b>De outro modo</b>).</p> <p>(C) A economia moderna não permite, <u>senão</u> em escala reduzida, o desenvolvimento autônomo das economias nacionais. (<b>a não ser</b>).</p> <p>(D) <u>Assim sendo</u>, somos obrigados a seguir a oscilação dos líderes da economia mundial (<b>ainda assim</b>).</p> <p>(E) Os países dependem, <u>cada vez mais</u>, dos grandes centros do imperialismo econômico (<b>de mais a mais</b>).</p>	<p>9. <i>Tudo se liga, e os países dependem, cada vez mais, <u>dos grandes centros em que se concentram as forças do imperialismo econômico.</u></i></p> <p>Substituindo-se, na frase acima, as formas <b>dependem</b> e <b>se concentram</b>, respectivamente, pelas formas <b>subordinam-se</b> e <b>se irradiam</b>, o segmento sublinhado deverá ser substituído por</p> <p>(A) nos grandes centros onde.</p> <p>(B) aos grandes centros de onde.</p> <p>(C) pelos grandes centros aonde.</p> <p>(D) aos grandes centros em cujos.</p> <p>(E) nos grandes centros por onde.</p>
<p>7. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) Ao ascender à condição de um grande sistema de mercados, a economia mundial propiciou o poder hegemônico dos grandes conglomerados financeiros.</p> <p>(B) Se os grandes centros econômicos não se emi-cuissem decisivamente nas economias nacionais, talvez estas lograssem alcançar um índice expressivo de desenvolvimento.</p> <p>(C) Os economistas podem discentir quanto às soluções para o nosso desenvolvimento, mas reconhecem que o imperialismo econômico é um fator crucial para nosso atraso.</p> <p>(D) A necessidade de sincronizar o ritmo de nossa economia com o da expansão da economia global constitui uma das exigências mais difíceis de serem atendidas.</p> <p>(E) Não fosse a dicotomia das direções econômicas com que nos deparamos, o Brasil talvez não se firmasse numa posição de maior relevância entre os países emergentes.</p>	<p>10. O Brasil é rico em matérias-primas, mas não basta <u>possuirmos matérias-primas</u>, o desejável é que pudéssemos <u>processar as matérias-primas</u>, industrializar <u>essas matérias-primas</u> e auferir todo o lucro potencial <u>embutido nessas matérias-primas</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se, de modo correto, os elementos sublinhados, <b>respectivamente</b>, por:</p> <p>(A) as possuirmos - processá-las - industrializá-las - nelas embutido</p> <p>(B) lhes possuirmos - processá-las - industrializá-las - embutido-lhes</p> <p>(C) possuirmo-las - lhes processar - lhes industrializar - nelas embutido</p> <p>(D) as possuirmos - as processar - industrializar-lhes - nelas embutidas</p> <p>(E) possui-las - processar-lhes - industrializar-lhes - embutido-lhes</p>

**Atenção:** As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

### Governo discute se programa para índios é legal

Um programa de FM dirigido a índios e outros moradores da fronteira do Brasil com o Paraguai, no Mato Grosso do Sul, corre o risco de ser considerado ilegal pelo governo federal. Transmitida em nheengatu (segundo o dicionário Aurélio, língua que se originou do tupi), a atração pode ser enquadrada numa lei de 1963, que proíbe veiculações em língua estrangeira. Pela regra, só emissoras de ondas curtas podem operar com outros idiomas, mediante autorização do Ministério das Comunicações.

Mistura de termos indígenas com espanhol e português, o nheengatu originou-se do período da colonização brasileira. Calcula-se que seja utilizado por cerca de 370 mil pessoas no MS. A essa população é dirigido “Nheengatu”, programa da FM educativa de Campo Grande que vai ao ar três vezes por semana e tem estréia marcada na TVE do Estado em agosto. Sua sobrevivência no rádio e sua migração para a televisão são objetos agora da seguinte análise, em curso no ministério: essa é ou não é uma língua “estrangeira”?

“Além de tantos crimes históricos contra os índios, querem cometer mais um”, afirmou Bosco Martins, presidente da FM e da TVE, que recebeu do ministério solicitação para encaminhar informações sobre o programa. “O nheengatu foi proibido por D. João IV, em 1727, que queria oficializar o português. Hoje, permanece vivo como uma forma de resistência cultural”, afirma Marlei Sigrist, professora da Universidade Federal do MS, que desenvolveu um estudo sobre o programa.

Para Marcos Bitelli, especialista em leis de radiodifusão, o “Nheengatu” não pode ser proibido. “A lei que estabelece restrições a irradiações em língua estrangeira não pode ser aplicada ao nheengatu, que era a principal língua brasileira na colonização”.

(Laura Mattos, **Folha de S. Paulo**, 18/06/2003)

11. A controvérsia de que trata o texto é de natureza eminentemente

- (A) jurídica, já que se trata de decidir sobre a vigência ou não de uma lei de 1963.
- (B) histórica, pois remonta a um documento produzido em pleno período colonial.
- (C) cultural, já que se trata de qualificar a forma de expressão de uma coletividade.
- (D) econômica, pois envolve interesses particulares que dependem de recursos públicos.
- (E) política, pois implica conflito de interesses entre os diferentes poderes do Estado.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. As observações de Bosco Martins, de Marlei Sigrist e de Marcos Bitelli convergem no fundamental – a língua nheengatu deve ser preservada – mas são omissas quanto à legitimidade ou legalidade do programa de rádio.
- II. O argumento de que se vale Marcos Bitelli permite depreender que razões de ordem histórica devem ser levadas em conta num processo de avaliação do que seja uma “língua nacional”.
- III. A jornalista, para dar notícia do fato polêmico, investigou-o, informou-se com autoridades e especialistas e deu voz ao público diretamente envolvido.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

13. Está clara e correta a redação da seguinte frase:

- (A) Mixto de termos indígenas e hispânicos, segundo o Aurélio, o nheengatu remonta ao regime colonial, onde D. João IV, em 1727, promulgou uma lei em que este era terminantemente revogado.
- (B) Segundo afirma Marlei Sigrist, o nheengatu tem caráter preservativo, conquanto represente uma resistencial cultural contra todos os que vão ao encontro do princípio de sua conservação.
- (C) Bosco Martins sugere que, dentre os crimes por ventura já imputados contra os índios, tal interdição lhe soa como mais um, não lhe parecendo próprio proibir esse programa.
- (D) A transmissão do programa pode vir a ser interrompida, caso entenda a justiça que o “Nheengatu” tipifica uma veiculação em língua estrangeira, o que contraria o disposto na lei de 1963.
- (E) Não é pouco representativa a cifra de 370 mil falantes do nheengatu, idioma com o qual se veiculará o mesmo programa, de sorte que só este fato teria argumentos para se contraditarem à acusação de que é uma “língua estrangeira”.

14. Está correto o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:

- (A) A transmissão do programa “Nheengatu”, contra a qual parece ter-se insurgido o Ministério das Comunicações, despertou viva polêmica acerca do que vem a ser uma língua nacional.
- (B) O português e o espanhol, idiomas a cujos vieram somar-se termos indígenas, talvez já tenham merecido alguma contestação quanto ao fato de serem línguas nacionais.
- (C) D. João IV, em 1727, já manifestava a preocupação em que o predomínio de uma língua estrangeira diante da língua oficial representaria um risco para o processo de colonização.
- (D) A ilegalidade do programa radiofônico, cujas a língua é o nheengatu, foi aventada pelo Ministério das Comunicações, que recorreu a especialistas para melhor se informar em face da questão.
- (E) A opinião de Marlei Sigrist, em favor a qual há argumentos antropológicos, é que a divulgação do nheengatu constitui uma forma de resistência cultural, mediante o que devem se engajar os defensores das minorias.

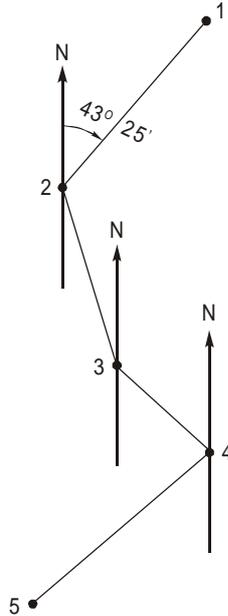
<p>15. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Consta que o nheengatu, uma mistura de termos indígenas com o português tem suas raízes no período colonial brasileiro, chegando a ser proibido por D. João IV em seu intuito de oficializar o português.</p> <p>(B) A indignação de Bosco Martins é das mais justas pois, tendo os índios sido vítimas de tantos crimes, a possível proibição ao “Nheengatu” parece soar como: mais uma violência injustificável.</p> <p>(C) O fato de que cerca de 370 mil pessoas utilizam o nheengatu, mereceria, por si só, uma atenção especial não só das zelosas autoridades federais como de todos aqueles que têm visto na cultura popular, uma forma de resistência.</p> <p>(D) Dado que a lei de 1963 não podia prever o advento da Internet, parece anacrônico hoje em dia estabelecer o confinamento, à frequência de, ondas curtas, dos programas de rádio transmitidos em língua estrangeira.</p> <p>(E) A repórter, precavidamente, valeu-se do dicionário Aurélio, mas certamente obteria melhores e mais precisas informações acerca do nheengatu se, em vez de um dicionário, recorresse a um especialista em línguas indígenas.</p>	<p>18. Quanto à necessidade ou não de utilização do sinal de crase, está inteiramente correta a frase:</p> <p>(A) Quem está à alguma distância de Campo Grande não pode avaliar à contento o mérito da polêmica à que se refere o texto.</p> <p>(B) Não é aqueles que se instalam nos gabinetes oficiais que cabe a interdição do uso de uma língua à cuja preservação estejam devotados milhares de falantes.</p> <p>(C) Quem visa à restringir a utilização de uma língua das minorias deveria também se ater à toda e qualquer má utilização das chamadas línguas oficiais.</p> <p>(D) As decisões que se tomam à revelia do interesse das populações são semelhantes àquelas tomadas na vigência dos atos institucionais da ditadura militar.</p> <p>(E) Quem se manifeste contrário à uma única manifestação de arbitrariedade está manifestando sua hostilidade à todas as medidas arbitrárias.</p>
<p>16. Para se atender às normas de concordância, é preciso <b>corrigir</b> a forma verbal sublinhada na frase:</p> <p>(A) Não nos <u>parece</u> que sejam irrelevantes quaisquer medidas que visem à preservação de línguas utilizadas pelas minorias.</p> <p>(B) Que não se <u>meça</u> esforços para se preservar ou resgatar um fato cultural que ajude a compreender o nosso passado histórico.</p> <p>(C) <u>Tem</u> havido muitas pressões para garantir os direitos das minorias, tais como a utilização e a veiculação de línguas que resistem ao desaparecimento.</p> <p>(D) As populações a quem <u>interessa</u> preservar seus direitos históricos devem unir-se e mobilizar-se contra medidas autoritárias.</p> <p>(E) Caso politicamente não <u>convenha</u> às autoridades do Ministério das Comunicações proibir o programa “Nheengatu”, este será mantido em sua forma original.</p>	<p>19. A <b>má redação</b> tornou incoerente a seguinte frase:</p> <p>(A) Embora seja compreendido e falado por uma minoria, o nheengatu tem o direito de ser preservado como uma língua de uso, não podendo ser abolido por decreto.</p> <p>(B) Em virtude de ser compreendido e falado por uma minoria, o nheengatu deveria ser visto como prova da resistência de uma cultura, e não como ameaça social.</p> <p>(C) A menos que o nheengatu fosse compreendido e falado por poucas pessoas, tampouco poderia ser analisado como um fato cultural de relevância.</p> <p>(D) Ainda que o nheengatu fosse compreendido e falado por poucas centenas de pessoas, isso não deixaria de constituir um fato de relevância cultural.</p> <p>(E) Muito embora seja compreendido e falado por uma pequena minoria, o nheengatu não deixa de ter um significativo valor cultural.</p>
<p>17. Está adequada a articulação entre os tempos verbais na frase:</p> <p>(A) Caso venha a ser considerado nocivo à comunidade, o programa “Nheengatu” deverá ter sido proibido pelas autoridades.</p> <p>(B) A menos que fosse nocivo o conteúdo veiculado pelo programa “Nheengatu”, não há razões para que se o houvera proibido.</p> <p>(C) Se o conteúdo veiculado pelo programa “Nheengatu” vier a se revelar nocivo, só assim se pudesse cogitar de proibir sua transmissão.</p> <p>(D) No caso de que o programa “Nheengatu” se caracterizasse por transmitir idéias nocivas à comunidade, cabe cogitar sua proibição.</p> <p>(E) A menos que o conteúdo veiculado pelo programa “Nheengatu” possa ser considerado nocivo à comunidade, não há razões para que se venha a proibi-lo.</p>	<p>20. No contexto da frase <i>Pela regra, só emissoras de ondas curtas podem operar com outros idiomas, mediante autorização do Ministério das Comunicações,</i></p> <p>I. <i>podem operar com outros idiomas</i> equivale a <i>podem se valer de outros idiomas em suas transmissões.</i></p> <p>II. o termo <i>mediante</i> tem o sentido de <i>salvo</i>.</p> <p>III. o termo <i>só</i> tem o mesmo sentido que assume numa frase como <i>Foi encontrado só, em seu quarto.</i></p> <p>Em relação ao enunciado, está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) II e III, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) I, apenas.</p>

<p><u>Instruções:</u> Para responder às questões de números 21 a 30 considere a Lei nº 8.112/90.</p> <p>21. Observe as proposições abaixo:</p> <p>I. Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.</p> <p>II. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.</p> <p>III. Para os efeitos da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, servidor é quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.</p> <p>Está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I e II.  (B) II e III.  (C) III.  (D) I e III.  (E) I.</p>	<p>25. Ao servidor público que coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político, será aplicada a pena de</p> <p>(A) demissão.  (B) advertência verbal.  (C) suspensão.  (D) advertência por escrito.  (E) exoneração.</p>
<p>22. A reversão é forma de</p> <p>(A) investidura em cargo efetivo.  (B) investidura em cargo público.  (C) provimento de cargo público.  (D) investidura em cargo em comissão.  (E) transferência para universidades e instituições de pesquisa científica.</p>	<p>26. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público</p> <p>(A) é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.  (B) poderá ou não promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, atendendo à conveniência da administração.  (C) deverá comunicar à autoridade policial local e não poderá promover a sua apuração mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.  (D) poderá ou não promover a sua apuração imediata, atendendo à conveniência da administração, mas sempre mediante prévia sindicância.  (E) poderá ou não promover a sua apuração imediata, atendendo à conveniência da administração, instaurando desde logo processo administrativo disciplinar.</p>
<p>23. É INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a idade mínima de dezoito anos é um dos requisitos básicos para investidura em cargo público.  (B) a nomeação far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.  (C) a nomeação far-se-á em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.  (D) a nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.  (E) o servidor ocupante de cargo em comissão, quando nomeado para ter exercício interinamente em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que ocupa, terá direito à remuneração de ambos.</p>	<p>27. Um dos benefícios do Plano de Seguridade Social do Servidor quanto ao seu dependente é</p> <p>(A) o auxílio-natalidade.  (B) a aposentadoria.  (C) o auxílio-reclusão.  (D) a licença para tratamento de saúde.  (E) a licença por acidente em serviço.</p>
<p>24. A posse em cargo público da pessoa que não seja servidor, ocorrerá no prazo de</p> <p>(A) trinta dias contados da inspeção médica oficial.  (B) trinta dias contados da publicação do ato de provimento.  (C) quinze dias contados da proclamação do resultado do concurso.  (D) quinze dias contados da inspeção médica oficial.  (E) quinze dias contados da publicação do ato de investidura.</p>	<p>28. NÃO é considerado como de efetivo exercício o afastamento para</p> <p>(A) exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgão ou entidade dos Poderes da União, Estados e Municípios.  (B) tratamento da própria saúde, em período superior a vinte e quatro meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado à União, em cargo de provimento efetivo.  (C) servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.  (D) júri e outros serviços obrigatórios por lei.  (E) gozo de férias.</p>
	<p>29. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos, por</p> <p>(A) um dia.  (B) dois dias consecutivos.  (C) três dias consecutivos.  (D) sete dias consecutivos.  (E) oito dias consecutivos.</p>
	<p>30. A inassiduidade habitual acarreta a pena de</p> <p>(A) disponibilidade.  (B) suspensão.  (C) advertência.  (D) demissão.  (E) multa.</p>

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O azimute à direita da linha 3-4 é:

Estaca	Ponto Visado	Ângulo à direita
2	1 3	125° 20'
3	2 4	168° 30'
4	3 5	263° 15'



- (A) 11° 15'
- (B) 22° 45'
- (C) 101° 15'
- (D) 157° 15'
- (E) 168° 45'

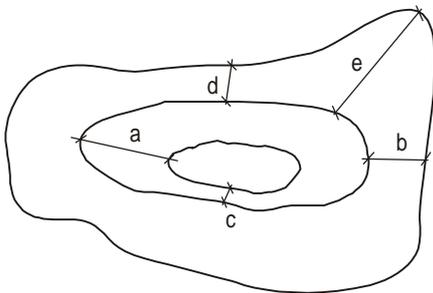
32. Considere os dados abaixo:

- Declinação magnética local em 01/07/1988 é 13° 15' W
- Variação anual da declinação magnética é 8' W

O rumo magnético de uma linha 1-2 medido em 01/07/1988 é S 35° 10' W. Seus valores, magnético e verdadeiro são, respectivamente, em 01/10/2000:

- (A) S 50° 03' W e S 48° 25' W
- (B) S 36° 48' W e S 21° 55' W
- (C) S 35° 10' W e S 20° 17' W
- (D) S 33° 32' W e S 46° 47' W
- (E) S 14° 53' E e S 12° 31' E

33. O maior declive do terreno da figura ocorre em:



- (A) a
- (B) b
- (C) c
- (D) d
- (E) e

34. A potência de iluminação de um dormitório de 12,4 m<sup>2</sup> de uma unidade residencial em VA é:

- (A) 60
- (B) 100
- (C) 124
- (D) 160
- (E) 1 240

35. Considere os dados abaixo:

torradeira 1 125 W  
grelha 1 100 W  
líqüidificador 800 W

Um circuito de tomada de cozinha com capacidade para alimentar as cargas dos eletrodomésticos, acima descritos, ligados simultaneamente e que possuem tensão nominal de 110 V deve ser, em A:

- (A) 3 025
- (B) 27,5
- (C) 10,22
- (D) 4,0
- (E) 0,036

36. A automatização para ligar e desligar a bomba de pressurização (*Jockey*) e para ligar a bomba principal em uma instalação de proteção contra incêndio, de acordo com as normas da ABNT, deve ser feita com a utilização de

- (A) chave de nível.
- (B) pressostato.
- (C) detector de fumaça.
- (D) termostato.
- (E) manômetro.

37. As tubulações de uma instalação predial de água fria deverão ser dimensionadas para funcionar

- (A) algumas como conduto forçado e outras como livre.
- (B) somente por gravidade.
- (C) como conduto forçado, todas.
- (D) apenas por recalque.
- (E) como conduto livre, todas.

38. A perda de carga distribuída em um conduto pressurizado, com diâmetro de 100 mm, fabricado em PVC rígido e com 50 metros de comprimento, depende diretamente

- (A) das peças (curvas e tês) existentes ao longo da tubulação.
- (B) do nível de água do reservatório elevado.
- (C) da pressão a montante da canalização.
- (D) da pressão disponível no final da tubulação.
- (E) da vazão veiculada.

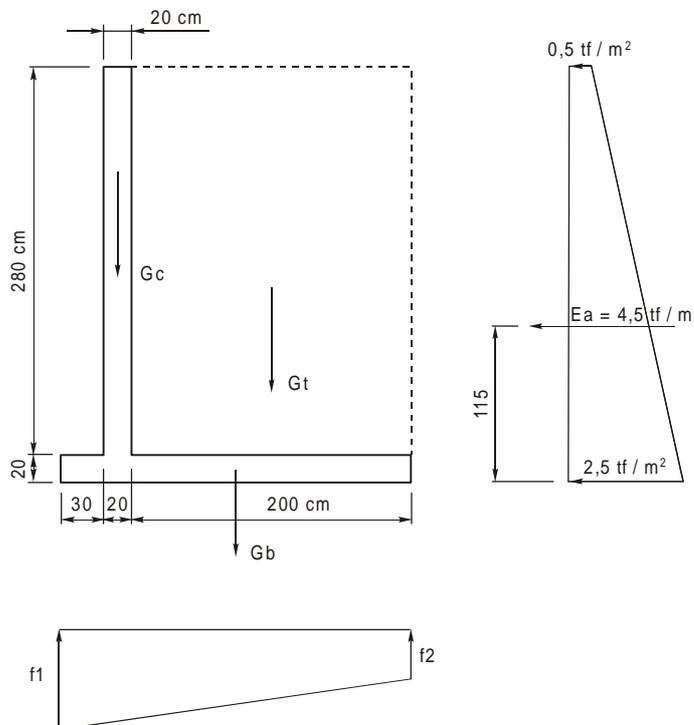
39. O número mínimo de sondagens de reconhecimento de solo, em um terreno destinado a uma construção de 1 600 m<sup>2</sup> de área da projeção, em planta, de um edifício é

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

40. No cálculo do estado limite último de uma fundação, o fator de segurança mínimo deve ser
- (A) igual a 1,6 para estacas com prova de carga.  
 (B) igual a 2 para tubulões com prova de carga.  
 (C) igual a 3 para estacas sem prova de carga.  
 (D) maior que 3 para tubulões sem prova de carga.  
 (E) igual a 5 em fundações superficiais.

41. As tensões básicas recomendadas pela Norma Brasileira para areias medianamente compactas e argilas médias são, respectivamente, em MPa:
- (A) 0,5 e 0,3  
 (B) 0,5 e 0,2  
 (C) 0,4 e 0,3  
 (D) 0,3 e 0,2  
 (E) 0,2 e 0,1

**Instruções:** Para responder às questões de números 42 a 44, considere a figura abaixo, representativa de um muro de arrimo de concreto.



**Dados:**  
 $G_c = 1,40 \text{ tf/m}$   
 $G_b = 1,25 \text{ tf/m}$   
 $G_t = 10,00 \text{ tf/m}$   
 Coeficiente de atrito conc./terra = 0,5

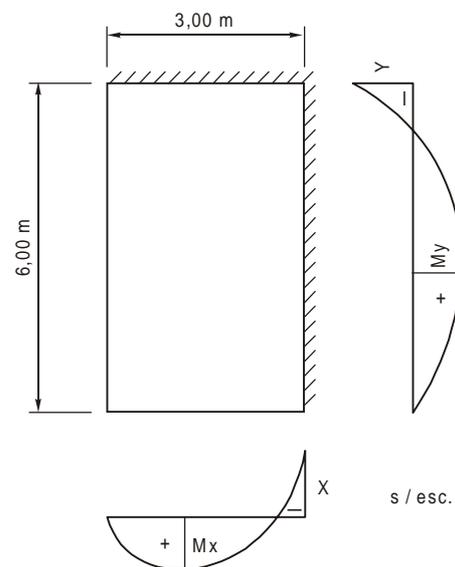
42. O coeficiente de segurança ao deslizamento é, aproximadamente:
- (A) 1,0  
 (B) 1,4  
 (C) 2,0  
 (D) 2,5  
 (E) 2,8

43. O coeficiente de segurança ao tombamento é, aproximadamente:
- (A) 0,40  
 (B) 0,78  
 (C) 2,5  
 (D) 3,3  
 (E) 4,0

44. As tensões no solo,  $f_1$  e  $f_2$ , em  $\text{tf/m}^2$  são, respectiva e aproximadamente:
- (A)  $-5,0$  e zero  
 (B)  $-5,0$  e  $-5,0$   
 (C)  $-8,8$  e  $-1,30$   
 (D)  $-9,0$  e  $+1,0$   
 (E)  $-10$  e zero
- Dado:**  
 (-) compressão  
 (+) tração

45. O cobrimento mínimo, sugerido pelas normas da ABNT, para armaduras em vigas e pilares revestidos ao ar livre é, em cm,
- (A) 0,5  
 (B) 1,0  
 (C) 1,5  
 (D) 2,0  
 (E) 2,5

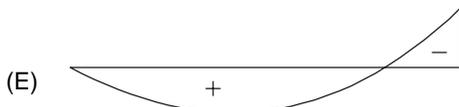
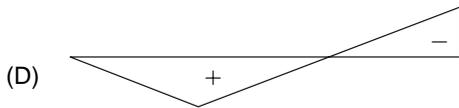
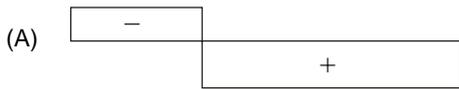
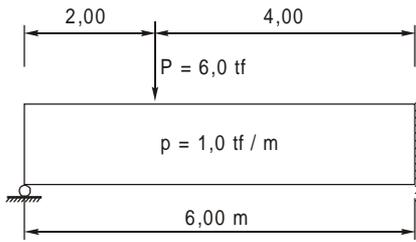
46. Considere a figura abaixo.
- Observação:** valores em módulo



Na laje retangular da figura, com carga vertical uniformemente distribuída, é correto afirmar que

- (A)  $M_x = M_y$ .  
 (B) o maior valor do momento fletor é X.  
 (C) o menor valor do momento fletor é Y.  
 (D)  $X < M_x$ .  
 (E) os dois diagramas de momentos fletores estão incorretos.

47. O diagrama correto de momentos fletores da viga apoiada engastada é:



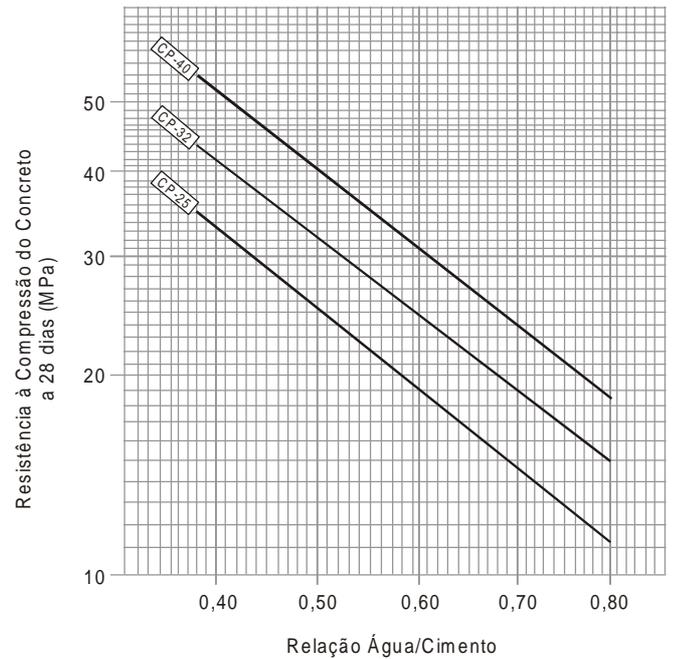
48. São causas de fissuras no concreto que podem ocorrer tanto no estado plástico (antes do endurecimento) como após o endurecimento.

- I. Rápida perda de água em tempo seco, quente ou com ventos fortes.
- II. Sedimentação.
- III. Movimentação da forma.
- IV. Concentração de forças.
- V. Cobrimento insuficiente da armadura.

É correto afirmar que

- (A) somente a causa I ocorre antes do endurecimento.
- (B) somente a causa IV ocorre depois do endurecimento.
- (C) todas as causas ocorrem antes do endurecimento.
- (D) somente as causas I, II e III ocorrem antes do endurecimento.
- (E) somente as causas I, III e IV ocorrem antes do endurecimento.

Instruções: Para responder às questões de números 49 e 50, utilize as informações abaixo.



- I. resistência característica  $f_{ck} = 15$  Mpa
- II. desvio padrão da dosagem  $s_d = 6,0$  Mpa
- III. idade do concreto em que será exigida a resistência característica = 28 dias
- IV. cimento CP 25

49. O fator água/cimento para a mistura é:

- (A) 0,50
- (B) 0,40
- (C) 0,28
- (D) 0,25
- (E) 0,15

50. A resistência de dosagem do concreto, em MPa, é aproximadamente:

- (A) 2,5
- (B) 21
- (C) 25
- (D) 49
- (E) 90

51. Em relação à execução das paredes de alvenaria, é correto afirmar que

- (A) são vantagens do tijolo furado sobre o maciço: tamanhos mais uniformes, arestas e cantos mais fortes, menor peso por unidade de volume, menor mão-de-obra por área de parede, melhor isolamento térmico e acústico.
- (B) os tijolos furados devem ser estocados em pilhas com altura máxima de 3,00 m apoiados sobre superfície plana, limpa e livre de umidade.
- (C) o cunhamento de uma parede é recomendável para evitar trincas nos cantos.
- (D) os blocos de concreto estrutural para paredes auto-suportáveis devem resistir a uma tensão de compressão de 100 a 150 kgf/cm<sup>2</sup>.
- (E) na execução de paredes de blocos de concreto deve-se prever vergas somente na parte inferior das aberturas, ultrapassando os vãos em, no máximo, 15 cm dos dois lados.

52. A formação esbranquiçada na superfície inferior de telhas de barro e as manchas brancas nas superfícies de pisos cerâmicos não esmaltados são patologias conhecidas como

- (A) porosidade.
- (B) hidrofogia.
- (C) capilaridade.
- (D) impermeabilidade.
- (E) eflorescência.

53. As dimensões mínimas do diâmetro ou do menor lado da seção retangular dos pontaletes de madeiras dura e mole, respectivamente, utilizados no escoramento de formas deverão ser, em cm:

- (A) 5 e 7
- (B) 6 e 8
- (C) 8 e 8
- (D) 9 e 9
- (E) 10 e 10

54. Em concretos comuns, sem uso de aditivos, o número mínimo de dias para a cura é:

- (A) 5
- (B) 6
- (C) 7
- (D) 15
- (E) 21

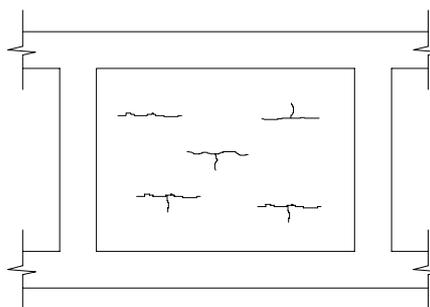
55. O ensaio CBR, realizado em corpos de prova para determinar as características de um solo, tem por objetivo verificar

- (A) sua granulometria.
- (B) sua capacidade de suporte.
- (C) seu peso específico.
- (D) o índice de vazios.
- (E) seu módulo de elasticidade.

56. Quanto aos principais tipos de pavimentação, rígidos e flexíveis, é INCORRETO afirmar que

- (A) os rígidos são pouco deformáveis.
- (B) os rígidos rompem por tração na flexão.
- (C) os flexíveis são aqueles em que as deformações, até certo limite, não levam ao rompimento.
- (D) os flexíveis são dimensionados, normalmente, à compressão e à tração, na flexão.
- (E) a placa de concreto exerce as funções de base e revestimento, nos pavimentos rígidos.

57. Considere a figura abaixo.



As trincas na alvenaria são provocadas por

- (A) expansão dos tijolos.
- (B) recalque das fundações.
- (C) cunhamento não adequado.
- (D) dilatação térmica das lajes.
- (E) destacamento da argamassa de assentamento do tijolo.

58. Em terreno de  $20 \times 50$  m foi construído um edifício com as seguintes características:

1 subsolo de  $900 \text{ m}^2$   
5 pavimentos tipo (térreo inclusive) de  $200 \text{ m}^2$  cada

A taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento são, respectivamente:

- (A) 1,1 e 1,9
- (B) 1,0 e 1,2
- (C) 0,5 e 1,9
- (D) 0,4 e 1,0
- (E) 0,2 e 1,0

59. A taxa periódica de depreciação é determinada em função do tempo de utilização econômica de um bem na produção dos seus rendimentos. Para um bem (construção) com tempo de utilização econômica de 25 anos, a taxa de depreciação, em porcentagem, é:

- (A) 04
- (B) 05
- (C) 10
- (D) 20
- (E) 25

60. Quanto aos contratos públicos regidos pela Lei nº 8.666 de 1993, é INCORRETO afirmar que

- (A) podem ser alterados, unilateralmente pela Administração.
- (B) podem ser alterados quando houver modificações do projeto ou das especificações, para melhor adequá-los a seus objetivos.
- (C) o valor máximo de acréscimos não pode ultrapassar a 50% do valor inicial.
- (D) a substituição de garantias de execução está prevista, por acordo das partes, quando for conveniente.
- (E) está prevista a modificação da forma de pagamento, quando for necessária, por acordo das partes.